



Mulher e Natureza

Fernanda Menna Pinto Peres¹
Guilherme José Purvin de Figueiredo²

*Terra! És o mais bonito dos planetas
tão te maltratando por dinheiro
Tu que és a nave nossa irmã*

*Canta! Leva tua vida em harmonia
E nos alimenta com seus frutos
Tu que és do homem, a maçã*

(O Sal da Terra, Beto Guedes)

Pensem numa maçã, símbolo de todos os frutos. Historicamente, a construção dessa imagem é de origem relativamente recente, como podemos verificar a partir de uma rápida pesquisa etimológica

¹ Juíza de Direito em São Vicente/SP e membra da AJD (Associação Juizes para a Democracia). É Mestra em Direitos Difusos e Coletivos pela Universidade Metropolitana de Santos.

² Graduado em Letras e Direito. Doutor e Mestre pela USP. Escritor e professor de Direito Ambiental.

do termo em vários idiomas. Nas línguas de origem anglo-saxônica, æppel significava apenas “fruta”, tendo dado origem ao inglês apple, ao holandês appel, ao sueco äpple ou ao alemão Apfel, todas elas significando a fruta “maçã”. Curiosamente, em algumas línguas neolatinas ocorreu algo semelhante. Todos advindos do latim pomum, nome genérico dado a todo fruto carnoso e de formato mais ou menos esférico como a maçã, formaram-se as palavras francesa pomme de terre (batata), italiana pomodoro (tomate) mas, também, a inglesa pomegranate (romã). Em algumas traduções da Bíblia, porém, o termo genérico para designar fruta foi especificado para maçã³. Assim, por sinédoque, a maçã foi erigida à condição de “representante” de todas as frutas.

Quando Lucas Cranach - o velho, Rubens e Jacob Jordaens, dentre outros mestres da pintura adotaram a maçã como a fruta da árvore da sabedoria, levaram para o imaginário ocidental também a imagem da mulher nua que, a serviço da serpente, condena o homem à perdição. Assim, por culpa da mulher, de cujas mãos o homem recebeu a fruta da árvore proibida, a humanidade foi expulsa do paraíso, os seres humanos passaram a ter vergonha de sua nudez e a ter de trabalhar para poderem comer.

Por outro lado, muitas outras construções foram sendo erguidas a partir dessa imagem da maçã / mulher, tanto como símbolo da sensualidade, do conhecimento ou do mal: é o skyline de Nova York, a maldição da Bela Adormecida, a marca dos discos dos Beatles, o computador sofisticado.

³ BOUCHARD, R. Philip. A Web of Word Connections: “Apple”. In: <https://medium.com/the-philipendium/a-web-of-word-connections-apple-94f9e95ec0b6>. Acesso em 18.06.2019.

Humanidade vs. Natureza – O divórcio na Revolução Industrial

Vamos nos ater a uma imagem clássica, já que as mais modernas são, de certa forma, consequência desta: Sir Isaac Newton, embaixo de uma macieira, e seu *insight* que o levaria à formulação da lei geral da gravidade. Esta imagem poderia ser eleita como a representação mais popular da relação do homem com a ciência e de seu distanciamento da *natureza*. De fato, foi a partir de Newton – e, evidentemente, de tantos outros cientistas e filósofos europeus como Leibniz, Bacon e Descartes, que processou-se o divórcio entre a humanidade e o planeta vivo.

Com a queda da maçã, tem início um processo acelerado de conquista, dominação e controle da natureza pelo homem. E, de fato, as consequências desse processo não ficaram apenas no plano das ideias, vindo a dar ensejo à revolução industrial, à morte das florestas em decorrência da utilização do campo como fator de produção, à expulsão das pessoas para as proximidades das fábricas, à concentração da renda nas mãos de (muito) poucos – em poucas palavras, ao advento do capitalismo tal como o conhecemos hoje.

As duas imagens da maçã – a religiosa e a científica – nos permitem realizar certas associações extremamente significativas acerca da figura da mulher na sociedade contemporânea. Retomemos a imagem representativa do Genesis – Eva colhe o fruto proibido e o oferece a Adão. Eva, que veio depois, que foi forjada a partir de uma costela arrancada do macho, à qual foi acrescida a argila e dado o sopro da vida. É aquela que veio depois, que não fazia parte do projeto inicial, a estrangeira, a outra, a ameaça, que trará ao homem a sua própria desgraça, que o fará perder o paraíso. Ou seja, na visão masculina judaico-cristã, a fêmea é estigmatizada por haver seduzido o macho, na condição de porta-voz de Lúcifer na Terra. Nessa toada, construiu-se e vive-se tal caldo cultural patriarcal, dentro do qual

tanto a mulher quanto a natureza deveriam ser dominadas, subjogadas e controladas pelo homem.

Durante séculos, mas com muito maior intensidade a partir da Revolução Industrial, tanto o homem quanto a mulher foram destacados da natureza, como se dela não fizessem parte. Foi uma mulher, a inglesa Mary Shelley, grande romancista e grande ensaísta, quem ofereceu uma das mais impressionantes contribuições literárias a título de reflexão acerca da relação natureza / cultura. Filha de Mary Wollstonecraft, escritora e filósofa reconhecida como uma das mais importantes defensoras dos direitos das mulheres, Mary Shelley casou-se com o poeta Percy B. Shelley e participou do convívio com outros grandes nomes da literatura inglesa, como é o caso de Lord Byron. Foi a partir de um jogo entre amigos, um desafio por eles estabelecido de se escrever um conto apavorante, que Mary Shelley teve a ideia de escrever o clássico *Frankenstein*. Nessa obra, cujo sucesso sobrepujou a fama das obras poéticas de seu marido, Mary Shelley reuniu dados científicos que começavam a ser amplamente debatidos nos primeiros anos do Século XIX, em especial as descobertas envolvendo eletricidade e biologia. Como era de se esperar numa sociedade patriarcal, a genialidade de Mary Shelley foi posta em dúvida pela sociedade patriarcal, que questionou a autoria do romance, asserverando que teria sido escrita por Percy. Depois da morte do marido, Mary Shelley ainda escreveria uma segunda obra de grande relevância para a compreensão daquele novo mundo industrial que nascia e para a destruição da vida natural no planeta Terra: *The Last Man*.

Há, aqui, porém, de se fazer uma importante distinção. De um lado, o homem se apartava completamente da natureza, assumindo o papel de dominador por excelência. A mulher, porém, ainda vista como encarnação da atemorizante “natureza selvagem”, era dela destacada pela violência (real ou simbólica) e subjogada, reduzida à condição de serva. Sua recusa e resistência poderia acarretar a morte. Seria queimada, tal como as florestas, que arderam para abrir

caminhos à ‘civilização’ do colonizador. Assim, parafraseando o conhecido brocardo político, a emancipação da mulher haveria de ser obra da própria mulher. Na mesma Inglaterra de Mary Shelley, Charlotte Brontë publica poucos anos mais tarde, em 1847, o romance *Jane Eyre*, no qual a mulher adquire vida e pensamento próprio, não é mais *Pamela*, a caricatura literária da mulher virtuosa dos tempos de Samuel Richardson, um dos fundadores do romance moderno.

Século XX

O século XX consolidou a luta de metade da população mundial - do gênero feminino - por igualdade de direitos, *pari passu* à construção da teoria dos direitos humanos, e assistiu a terríveis evidências de que nós humanos estávamos passando dos limites no tratamento reificado e mercantilizado da natureza, e pagaríamos um preço bem alto por isso.

É certo que ao longo do século passado, assistimos horrores, mas também o contramovimento aparentemente bem sucedido – embora longe de estar terminado ou salvaguardado de ameaças – de resistência da humanidade e implementação da democracia.

Vimos, assim, a mulher conquistar o direito de votar, alcançar juridicamente a capacidade civil plena – ainda que casada –, de se divorciar, de trabalhar no espaço público, de administrar o seu próprio dinheiro, de sentir prazer no sexo, de usar métodos contraceptivos, de não ser obrigada a colocar (ou retirar) o sobrenome do marido (como se fosse gado com a marca a ferro).

Assistimos, também, a uma mulher denunciar, na década de 60, os horrores da indústria química e dos agrotóxicos em obra literária documental de importância fundamental: Rachel Carson e seu livro “A primavera silenciosa”, lançado em 1962 e que deu origem ao movimento ambientalista mundial.

Assistimos, ainda no século XX, a grandes desastres ambientais, como Bhopal 1984 e Chernobyl 1986, bem como o mundo mobilizar-se e se reunir em grandes conferências internacionais sobre meio ambiente (Estocolmo/72 e Rio/92).

Vimos, ainda, surgir, na década de 70, na confluência desses movimentos intrinsecamente interconectados, o Ecofeminismo.

E redigimos, na Rio92, a *Carta da Terra*, em que nós, terráqueos, seus filhos, reconhecemos que estamos maltratando esse organismo vivo, feminino, maior, que nos deu a vida e nos nutre: Gaia, a Mãe Terra.

Sim! Submetemos a nossa própria Mãe a sessões de tortura intermináveis com requintes de crueldade...

E ela, embora resiliente como toda Mãe, já dá graves sinais de que está desfalecendo. Está esquentando exponencialmente, padecendo de uma febre incontrolável; o fluído da vida que corre em suas veias está ou envenenado ou secando - está desidratada; sua derme está desfigurada, seus poros fechados; suas entranhas estão reviradas; está muito difícil respirar e manter o seus sistemas vitais funcionando.

Ainda no século XX, os questionamentos históricos da dominação do ser humano sobre o ser humano (homens sobre mulheres, brancos sobre negros e indígenas, senhores sobre escravos, 'arianos' sobre judeus, ricos sobre pobres...) e do ser humano sobre a natureza, desaguaram em movimentos mundiais pela internalização nacional dos direitos humanos - inclusive do direito humano à natureza saudável que sirva às presentes e futuras gerações -, e pela democratização ou redemocratização dos Estados.

Sob os auspícios dessa conjuntura de esperança e de garantia de direitos, a Constituição Cidadã Brasileira de 1988 foi desenhada e promulgada, trazendo duas grandes conquistas desafiadoras ao patriarcado dominador: a igualdade entre homens e mulheres e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. Mas é preciso

lembrar, em meio a esse caos, que não chegamos aqui por um presente dado pelos homens. Chegamos com muita luta. Muito sangue, suor e lágrimas foram derramados.

O fruto de vosso ventre...

E, por falar em “frutos”, é pertinente abrir um parêntese para tratar, ainda que *en passant*, de um importante passo dado em 1988: a constitucionalização do princípio da paternidade responsável. Por onde quer que se ande nos países escandinavos, é comum encontrarmos homens passeando com seus filhos em carrinhos de bebê pelos inúmeros parques das cidades. O contraste entre esta cena tão comum na Suécia e na Dinamarca e a barbárie brasileira é chocante, especialmente quando lembramos que é cada vez maior o número de crianças cuidadas exclusivamente por suas mães e avós no Brasil, sem absolutamente nenhuma colaboração masculina. A licença parental na Suécia («förläddighet») é de 480 dias, compartilhados entre a mãe e o pai (240 dias cada). Ela pode ser solicitada a qualquer momento, do nascimento até a criança alcançar sete anos. Os subsídios parentais são pagos pela Administração Sueca da Segurança Social («Försäkringskassan»). Trata-se de uma rigorosa política estatal de *promoção da igualdade sexual*: 240 dias de licença-paternidade (“pappaledighet”) 240 dias de licença maternidade (“mammaledighet”). Aos pais solteiros com guarda exclusiva, são concedidos os 480 dias de licença. Além disso, os pais que estão trabalhando têm direito a uma redução de 25% em sua jornada de trabalho, custeada pelo empregador.

Nada há de exagero na concessão desse direito em tal extensão, mas no Brasil a licença paternidade é de pífios cinco dias. Apesar da manifesta insuficiência, são incontáveis os casos de pais “vendendo” esses cinco dias ao empregador ou, simplesmente, com vergonha ou medo de a solicitar. A licença paternidade não é um direito do

trabalhador, mas da criança e da mãe. Não há como pensar na construção de uma sociedade moderna e minimamente civilizada quando um singelo direito-dever de compartilhamento de responsabilidade familiar é entendido como uma sofisticação só aplicável em países escandinavos. No entanto, a miséria econômica provocada por uma grotesca desigualdade social só contribui para aumentar a indigência cultural machista em nosso país.

Não à volta da barbárie!

Direitos humanos, fundamentais, irrenunciáveis, hoje ameaçados, aqui, pela ruptura do Estado Democrático de Direito que assistimos estarrecidos nesta segunda década do séc XXI. Tanto no Brasil, como no mundo afora, pela cega e raivosa revalorização do poder dominador patriarcal.

A cena de Trump fulminando com um olhar o sorriso de sua esposa durante a sua posse presidencial, para o mundo todo ver, e seu concomitante anúncio de que não honraria o Acordo de Paris, enfim assinado pelos EUA e China na COP de Paris para conter as mudanças climáticas, são bem didáticos. Não é preciso nem desenhar para entender:

Mulheres e Natureza não terão vez, a depender da maior potência mundial sob o comando do poder que lá está. Já sentimos reverberar as ondas dessa resistência da dominação patriarcal, bem sensivelmente, no Brasil de 2019.

No Brasil neocolonizado, detentor das maiores reservas de água do mundo (e de grandes reservas de petróleo também), não querem mais deixar o povo “brincar” de democracia.

Não nos parece coincidência que, nesse cenário de retrocessos com o patriarcado se debatendo, o poder do povo, então representado ineditamente por uma mulher no país, tenha lhe sido arrancado e entregue a um homem branco, rico e heterossexual, casado com uma

esposa “bela, recatada e do lar”, sendo este homem sido posteriormente substituído por outra figura masculina, branca, alardeando a pretensa superioridade que decorreria de sua heterossexualidade, ainda mais misógina, homofóbica, e movida pelo ódio e violência, as bandeiras de seu projeto autoritário; figura esta lançada no protagonismo da cena política pelo apoio fascista do norte da América, pelos robôs cibernéticos e pelas “empresas neopentecostais” - a despeito da indubitosa laicidade do Estado Brasileiro, segundo a Constituição Federal.

Nesse novo cenário pós-democrático, ou líquido – como prefere Bauman -, os direitos da mulher e da natureza passaram a ser, imediatamente, alvos centrais de subjugação.

A nossa estatal do petróleo está sendo entregue aos estrangeiros e o Aquífero Guarani negociado com grandes corporações internacionais. A questão das mudanças climáticas está desdenhada. A administração e a legislação ambientais estão sendo desmontadas à velocidade da luz, de uma forma aterrorizante.

Pari passu, os índices de violência contra a mulher (e contra a comunidade LGBTQ+) crescem exponencialmente nos últimos meses. O Brasil ocupa o quarto lugar no ranking mundial de feminicídios.

As mulheres não serão mais subjugadas e continuarão a trabalhar bravamente, ao lado de homens justos, na defesa de Gaia e por uma sociedade matrifocal (não matriarcal!) na qual os princípios femininos de cooperação, cuidado, igualdade e solidariedade superem a força, a hierarquia, a dominação e a competição.

Abaixo o patriarcado! É a única chance às mulheres e à natureza!